

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.478 - SP (2019/0253079-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : PERCIO NUNES RAPOSO
ADVOGADOS : PAULO HOFFMAN - SP116325
EVERTON PEREIRA DA COSTA - SP289720
AGRAVADO : MULTIMOVEIS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA
ADVOGADOS : ALESSANDRA GUTIERRO NAVARRO - SP163865
LEANDRO AURELIO ESQUECULA - SP173651

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/2015), interposto por **PERCIO NUNES RAPOSO** em face de decisão que não admitiu recurso especial (fl. 319, e-STJ).

O apelo nobre, com fundamento no artigo 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 289, e-STJ, e-STJ):

Trespasse. Cobrança. Preço inadimplido. Contrato que não consistiu em mera alienação de bens do estoque, mas do próprio estabelecimento comercial. Pagamento do preço que é devido independentemente do sucesso na venda das mercadorias adquiridas. Sentença mantida. Reconvenção. Cobrança de aluguel e multa por denúncia antecipada indevida. Caso de distrato inerente à celebração do contrato de trespasse, e não de denúncia. Apenas parcelas do IPTU de 2012 e 2013 que se entendem devidos. Sentença reformada somente nesse ponto. Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração (fls. 298/299, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 302/304, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 307/316, e-STJ), o recorrente apontou afronta aos artigos 110, 113 e 422 do Código Civil e 85, § 14, 369, 385 e 442 do Código de Processo Civil de 2015. Alegou que houve cerceamento de defesa, pois foi impossibilitado de produzir prova, que demonstraria a inaptidão da prova documental. Afirmou que a parte contrária tinha ciência da reserva mental e que essa se sobrepõe a manifestação de vontade contida no contrato escrito. Afirmou que nunca adquiriu o ponto comercial da recorrida e que seu interesse sempre esteve nos móveis que a mesma dizia ter em estoque e no *show room*. Asseverou que o acórdão da Corte estadual deixou de condenar a recorrida ao pagamento de honorários de sucumbência no que tange à reconvenção, incorrendo na violação ao artigo 85, § 4º do Código de Processo Civil de 2015.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Em juízo provisório de admissibilidade (fl. 319, e-STJ), negou-se seguimento ao reclamo pela ausência de demonstração de violação aos dispositivos arrolados.

Daí o agravo (fls. 322/331, e-STJ), que busca destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 336/345, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

1. Sustentou o insurgente a ocorrência de cerceamento de defesa, ao argumento de que não lhe foi permitida a produção de prova oral.

No ponto, a Corte estadual se pronunciou (fls. 291/292, e-STJ):

No mais, também não há nulidade a reconhecer.

Certo que é ao juiz, como destinatário das provas, que incumbe aquilatar a necessidade e pertinência das provas especificadas, voltadas à formação de seu convencimento. É oportuno lembrar que “a prova tem como objeto os fatos deduzidos pelas partes, tem como finalidade a formação da convicção em torno desses fatos e como destinatário o juiz, visto que ele é que deve ser convencido da verdade dos fatos já que ele é que vai dar solução ao litígio” (Jurid XP, 21ª Ed., Comentário ao art. 332 do Código de Processo Civil). E é por isso que o Colendo Superior Tribunal de Justiça reiteradamente tem assentado que “o Juiz é o destinatário da prova e a ele cabe selecionar aquelas necessárias à formação de seu convencimento” (REsp. n. 431058/MA, Rel. Min.

Humberto Gomes de Barros, DJ 23.10.06).

E, no caso concreto, entende-se, tal como o fez o MM. Juízo a quo, que a prova documental acostada aos autos fosse, como de fato é, suficiente para que se apreciassem as alegações dos apelantes,.

De resto, disse o réu, em sua manifestação de fls. 178, que pretendia provar, em audiência, a sua condição de proprietário do imóvel e de que “contratou que pagaria à autora os móveis à medida em que vendesse os mesmos.” Ora, a propriedade do imóvel é incontroversa e a questão da forma do pagamento está suficientemente comprovada nos autos, como adiante se verá.

Rever tal entendimento demandaria o reexame do contexto fático probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA C/C CONDENATÓRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER LÍQUIDA CONSTANTE DE INSTRUMENTO PARTICULAR SEM PRAZO CERTO PARA CUMPRIMENTO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. EXEGESE DO ART. 206, § 5º, I, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. MORA EX PERSONA CONSTITUÍDA QUANDO DA NOTIFICAÇÃO JUDICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 83/STJ. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. No caso de obrigações de fazer sem prazo definido de cumprimento no contrato, o devedor deve ser notificado para ser constituído em mora, momento a partir do qual inicia-se a contagem do prazo de prescrição para o exercício da pretensão de cobrança. Nessa linha, a Súmula 83 do STJ determina a pronta rejeição dos recursos a ele dirigidos, quando o entendimento adotado pelo e. Tribunal de origem estiver em conformidade com a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores.

2. Fundamentada no Princípio da Persuasão Racional, a questão relativa à pertinência de uma prova e a configuração de cerceamento de defesa, acaso não evidente de plano, demanda o revolvimento do acervo fático e probatório dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.

3. As razões de recurso especial apresentam uma narrativa dos fatos transcorridos entre as partes diversa da versão adotada pelo Tribunal de origem no v. acórdão recorrido quanto à configuração da prescrição da pretensão e sobre a existência da dívida, aspectos da causa que não podem ser sindicados em sede de recurso especial, que não é a via adequada para aludida insurgência. Súmula 7/STJ.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp 1492918/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 24/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. 1. INDEVIDA APRECIÇÃO DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. REVISÃO DA CULPABILIDADE DA VÍTIMA E DO VALOR INDENIZATÓRIO. TESES QUE DEMANDAM O REEXAME DO SUBSTRATO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 2. PENSÃO VITALÍCIA. TERMO FINAL FIXADO COM BASE NOS ÍNDICES DO IBGE. CONTRAÇÃO DE NOVAS NÚPCIAS. IRRELEVÂNCIA. CARÁTER INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 83/STJ. 3. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Os princípios da livre admissibilidade da prova e da persuasão racional autorizam o julgador a determinar as provas que repare necessárias ao deslinde da controvérsia, e a indeferir aquelas consideradas prescindíveis ou meramente protelatórias. Não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção da prova solicitada pela parte, quando devidamente demonstrada a instrução do feito e a presença de dados suficientes à formação do convencimento.

Nesse aspecto, afastar a conclusão do Tribunal local e acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do substrato fático-probatório dos autos, providência inadmissível na via do apelo especial, sendo inafastável a incidência da Súmula 7 do STJ.

2. Verifica-se que o Colegiado local afastou a culpa exclusiva da vítima e fixou o valor indenizatório aos familiares com base nos elementos probatórios apontados no aresto recorrido. Assim, a revisão do julgado, com o consequente acolhimento da pretensão recursal, demandaria, de igual modo, o reexame do acervo fático-probatório da causa, o que não se admite na via especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Consoante entendimento desta Corte Superior, "a fixação da idade de 65 anos como termo final para pagamento de pensão indenizatória não é absoluta, podendo ser estabelecido outro limite com base nas informações do IBGE, no que se refere ao cálculo de sobrevivência da população média brasileira" (AgRg no AREsp 433.602/RJ, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 16/2/2016, DJe 23/2/2016). Ademais, a eventual contração de novo matrimônio não enseja o afastamento da pensão fixada à viúva, dado o seu caráter indenizatório. Incidência da Súmula 83/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1457765/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 22/08/2019)

Dessa forma, para acolhimento da pretensão recursal e alteração das conclusões das instâncias ordinárias, seria necessário o reexame do contexto fático e probatório dos autos, providência esta vedada pela Súmula 7/STJ.

2. O recorrente afirmou que a parte contrária tinha ciência da reserva mental e que essa se sobrepõe a manifestação de vontade contida no contrato escrito. Afirmou que nunca adquiriu o ponto comercial da recorrida e que seu interesse sempre esteve nos móveis que a mesma dizia ter em estoque e no *show room*.

Com amparo no acervo fático-probatório constante dos autos, a Corte Estadual concluiu que autor já conhecia o negócio porque locava o imóvel, não é inexperiente e que eventual reserva mental seria desconhecida pelo declaratório, sendo, então, irrelevante. Consignou, também, que da análise do processo não se depreende que “a autora tenha aceito vender seu estabelecimento por um preço cujo pagamento estivesse condicionado a evento futuro e incerto e, em parte, dependente da vontade do réu, consistente na celebração de contratos de compra e venda com consumidores”.

Veja-se excerto do acórdão (fls. 1050/1051, e-STJ):

De resto, disse o réu, em sua manifestação de fls. 178, que pretendia provar, em audiência, a sua condição de proprietário do imóvel e de que “contratou que pagaria à autora os móveis à medida em que vendesse os mesmos.” Ora, a propriedade do imóvel é incontroversa e a questão da forma do pagamento está suficientemente comprovada nos autos, como adiante se verá.

Neste sentido, não colhe a tese defensiva de que apenas adquirido estoque de móveis para serem revendidos aos consumidores. Há documento negocial escrito e a cláusula primeira do instrumento firmado entre as partes dispõe que: “o Vendedor vende e transfere ao Comprador o estabelecimento comercial, sito à Rua Vereador Abel Ferreira, nº 327, Jardim Anália Franco, na cidade de São Paulo com o ponto comercial, as mercadorias, os móveis e os utensílios, constantes do inventário em anexo, que passa a fazer parte deste instrumento.” (fls. 10);

depois, a cláusula terceira assenta que “a presente transação compreende o ponto comercial juntamente com as mercadorias, show room, decoração, os móveis e os utensílios.” (fls. 11).

Evidenciado, então, que as partes negociaram muito mais do que o estoque de móveis, celebrando verdadeiro *trespasse*, não se podendo presumir a aquisição de vários bens individualmente, de forma desconexa. Como ensina Oscar Barreto Filho, “na interpretação desse contrato, deve-se ter presente a unidade característica da universitas que é objeto da transferência, a fim de preservar sua integridade.” (Teoria do Estabelecimento Comercial. São Paulo: Max Limonad, 1969. P. 211.).

Para esse fim, pouco importa, como alega o réu, que não fizesse sentido a aquisição do ponto comercial junto da dos móveis do estoque, porque o imóvel já era de sua propriedade ou porque o ponto da autora estava “queimado”. A celebração do que se supôs ser “mau negócio” não retira do

contrato sua validade ou eficácia, nem influi na sua interpretação.

Acertada a consideração da sentença de que o autor já conhecia o negócio porque locava o imóvel, de que não é inexperiente e de que eventual reserva mental seria irrelevante porque desconhecida pelo declaratório (art. 110 do CC).

Tampouco colhe a alegação de que o pagamento do preço pactuado de R\$ 300.000,00 estaria condicionado à revenda com sucesso dos móveis que estavam no estabelecimento.

Não se olvida, é certo, que, de um lado, a cláusula segunda do instrumento do trespasse disponha que “o valor da venda e no importe de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), que serão pagos da seguinte forma: do total do valor das vendas ao consumidor, serão pagos os valores das mercadorias para a fábrica, descontado o valor dos fretes e das montagens, as despesas gerais da loja e o saldo será dividido em 02 (duas) parcelas sendo 01 (uma) destas remetida à fábrica como pagamento da dívida acima citada e a outra ao Comprador. Estes valores serão mantidos sem correção até 30 de setembro de 2014, após faremos correção com IGPM sobre o saldo devedor. O saldo corrigido deverá ser pago em no máximo 12 (doze) parcelas.” (fls. 10).

Todavia, não se extrai do teor dessa cláusula que a autora tenha aceito vender seu estabelecimento por um preço cujo pagamento estivesse condicionado a evento futuro e incerto e, em parte, dependente da vontade do réu, consistente na celebração de contratos de compra e venda com consumidores.

Reconhecendo, ao contrário, a ausência desta condição, em e-mail datado de 17 de novembro de 2014, a esposa do réu pediu à autora o seguinte: “De outra vez solicitamos aos senhores e como já havíamos falado com o Sr Márcio a negociação do mesmo para abatimento de nosso débito, bem como uma prorrogação do prazo para início do pagamento, haja vista só agora estamos começando a caminhar nas vendas com os móveis infantis, porém em um ano cujas vendas foram reduzidas devido a carnaval, copa do mundo e eleição não temos como dispor de um valor tão alto, não estamos nos negando a cumprir com o contrato mas sim pedindo a sua compreensão e ajuda.” (fls. 156).

Pouco depois, em janeiro de 2015, a esposa do réu propôs à autora as seguintes condições de pagamento: “Dia 30 do mês de janeiro a novembro/2015 depositamos o valor de R\$ 10.000,00 por mês. Em dezembro/2015 50.000,00. De janeiro a novembro/2016 depositamos o valor de 12.000,00 por mês. Em dezembro/2016 R\$ 8.000,00 + JUROS/CM. Posso efetuar o depósito da parcela de janeiro? Mais uma vez reiteramos que o imóvel em questão está à venda, tão logo se efetua quitaremos o contrato.” (fls. 160/161).

Não há nos autos notícia de que tal renegociação da dívida tenha sido levada a efeito, mas essas declarações já demonstram que o pagamento não estava obrigatoriamente vinculado à venda dos móveis, que era apenas uma alternativa em favor do réu. O fato de o réu não ter conseguido vendê-los não significa que ficou liberado do pagamento da dívida, muito menos que a autora fosse obrigada a aceitar sua devolução, em uma espécie de distrato ou dação em pagamento efetuados sem a sua anuência.

Por fim, também não procedem as alegações relativas ao inventário de bens juntado pela autora a fls. 187/191. A despeito de impugnado pelo réu, tal

inventário é suprido pela indicação de produtos nas notas fiscais juntadas por ele próprio a fls. 100/105. Ademais, tudo sem qualquer prévio reclamo.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo no sentido pretendido pelo recorrido, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIAS PAGAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS E/OU INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. DISTRATO. INICIATIVA DO COMPRADOR. RETENÇÃO ENTRE 10% E 25% DAS PRESTAÇÕES PAGAS.

1. Ação de rescisão contratual cumulada com pedido de restituição de quantias pagas.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
5. Nas hipóteses de rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóvel por iniciativa do comprador, é admitida a flutuação do percentual da retenção pelo vendedor entre 10% a 25% do total da quantia paga. Precedentes.
6. Agravo interno não provido.
(AgInt no AREsp 1537311/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 20/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR.

1. Na hipótese, modificar o entendimento das instâncias ordinárias demandaria a interpretação de cláusulas contratuais e o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõem as Súmulas 5 e 7 do STJ.
2. Esta Corte tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no REsp 1690855/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 30/08/2019)

3. Pretende o insurgente, também, a redistribuição dos ônus da sucumbência da ação de reconvenção, ao argumento de a parte adversa também decaiu em parte do pedido, de modo que tal verba deve ser redistribuída.

No ponto a Corte estadual consignou (fls. 303/304, e-STJ):

Não há, na decisão embargada, omissão a suprir, a rigor revelando-se real inconformismo da embargante, o que, porém, é sabido, não se presta a dar suporte à espécie recursal de que ora se cuida.

Mesmo com a ocorrência de sucumbência parcial da embargada, o acórdão embargado foi expresso quanto à distribuição dos ônus da sucumbência, que incluem os honorários advocatícios, nos termos do art. 86, parágrafo único do CPC/2015. Conforme lá se asseverou: "Não se altera a imposição sucumbencial, porque mínimo o decaimento da reconvinda.".

O Tribunal *a quo*, considerou que houve decaimento mínimo da reconvinda e não alterou a imposição da verba sucumbencial.

Para acolhimento das razões recursais no sentido de que a verba sucumbência deveria sofrer redistribuição, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 desta Corte.

Precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO REQUERIDO.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

2. A revisão do aresto impugnado exigira derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre não estar configurada a relação consumerista, uma vez que os serviços prestados seriam utilizados como insumos para a atividade empresária. Incidência das Súmulas 83/STJ e 7/STJ.

3. A responsabilidade civil do banco foi aferida com base nos elementos fático-probatórios constantes dos autos e rever tal conclusão, nos termos pretendidos pelo recorrente, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

4. A revisão dos valores arbitrados a título de honorários advocatícios, bem como da distribuição dos ônus sucumbenciais envolvem ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, providência incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 768.033/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018; grifou-se)

RECURSOS ESPECIAIS. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ARBITRAGEM. CONTRATOS COLIGADOS. CONFLITO DECORRENTE DE CONTRATOS DE "SWAP" COLIGADOS A CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO COM CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.

1. Controvérsia em torno da (a) extensão da eficácia do compromisso arbitral constante do contrato principal de abertura de crédito aos contratos de swap, em face da coligação negocial, e da (b) validade da formação da corte arbitral.

2. RECURSO ESPECIAL DE PARANAPANEMA S/A. CONTRATOS COLIGADOS. INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL. PRINCÍPIO DA GRAVITAÇÃO JURÍDICA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ.

2.1. Nos contratos coligados, as partes celebram uma pluralidade de negócios jurídicos tendo por desiderato um conjunto econômico, criando entre eles efetiva dependência.

2.2. Reconhecida a coligação contratual, mostra-se possível a extensão da cláusula compromissória prevista no contrato principal aos contratos de "swap", pois integrantes de uma operação econômica única.

2.3. No sistema de coligação contratual, o contrato reputado como sendo o principal determina as regras que deverão ser seguidas pelos demais instrumentos negociais que a este se ajustam, não sendo razoável que uma cláusula compromissória inserta naquele não tivesse seus efeitos estendidos aos demais.

2.4. A revisão da distribuição dos ônus sucumbenciais exige a análise das questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, o que é inadequado na via especial, nos termos do Enunciado n.º 7/STJ.

2.5. PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. 3. RECURSO ESPECIAL DO BANCO BTG PACTUAL S.A. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO DA PARTE ADVERSA QUANTO À NOMEAÇÃO DO ÁRBITRO. PRETENSÃO DE REVISÃO DO JULGADO. ALEGAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7/STJ.

3.1. Para prevalecer a pretensão em sentido contrário à conclusão do Tribunal de origem, seria necessária a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que, como já decidido, é inviabilizado, nesta instância superior, pelo Enunciado n.º 7/STJ.

3.2. A alteração do entendimento firmado no acórdão recorrido, acerca da ocorrência da preclusão, demandaria o reexame dos fatos e das provas dos autos, atraindo a incidência do Enunciado n.º 7, do STJ.

3.3. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

4. RECURSOS ESPECIAIS DESPROVIDOS.

(REsp 1639035/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 15/10/2018; grifou-se)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA RECONHECIDA NA ORIGEM. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A discussão sobre a distribuição dos ônus sucumbenciais, com o objetivo de perquirir eventual sucumbência mínima ou recíproca, constitui pretensão que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

Precedentes.

2. Nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a divergência jurisprudencial deve ser comprovada por meio do cotejo analítico entre os acórdãos considerados paradigmas e a decisão impugnada, com a indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, o que não se observou na petição recursal.

Precedentes.

3. Mesmo nos casos de especial interposto com fundamento na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, é necessária a indicação do dispositivo da legislação infraconstitucional federal sobre o qual recai a divergência, sob pena de atração da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1285864/GO, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 25/04/2018; grifou-se)

Com efeito, este Superior Tribunal possui entendimento firmado no sentido de que rever a proporção de vitória/derrota das partes na demanda, para aferir a sucumbência recíproca ou mínima, implica em revisão de matéria fática e probatória, providência inviável de ser adotada, em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nega-se provimento ao reclamo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator